



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

*Centro de Ciências da Educação*

**CURSO DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA**



BRUNA HAILER

**ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DE ASSUNTO EM ARQUIVOS PÚBLICOS: o caso do Centro de Memória da ALESC, Arquivo Público do Estado de Santa Catarina e Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.**

Florianópolis, 2012

BRUNA HAILER

**ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DE ASSUNTO EM ARQUIVOS PÚBLICOS: O  
CASO DO CENTRO DE MEMÓRIA DA ALESC, ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO  
DE SANTA CATARINA E ARQUIVO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE  
FLORIANÓPOLIS.**

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Biblioteconomia, do Centro de Ciências da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina, requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia sob orientação da professora Luciane Paula Vital, Ms.

Florianópolis, 2012.

Ficha catalográfica elaborada pela graduanda de Biblioteconomia/UFSC Bruna Hailer

H151 Hailer, Bruna - 1987

Análise de representação por assunto nos arquivos públicos: o caso do Centro de Memória da ALESC, Arquivo Público do Estado de Santa Catarina e Arquivo do Município de Florianópolis / Bruna Hailer – Florianópolis, SC, 2012.  
43 f.

Orientador: Luciane Paula Vital, Ms  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia)  
– Universidade Federal  
de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Florianópolis, 2012.

1. Representação por assunto. 2. Arquivo Público. 3. Indexação. I Título

CDU025.4

Esta obra é licenciada por uma licença *Creative Commons* de atribuição, de uso não comercial e de compartilhamento pela mesma licença 2.5.



Você pode:

- copiar, distribuir, exibir e executar a obra;
- criar obras derivadas.

Sob as seguintes condições:

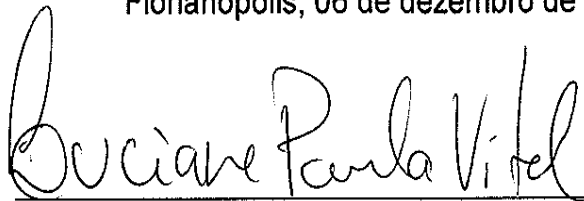
- Atribuição. Você deve dar crédito ao autor original.
- Uso não-comercial. Você não pode utilizar esta obra com finalidades comerciais.
- Compartilhamento pela mesma licença. Se você alterar, transformar ou criar outra obra com base nesta, somente poderá distribuir a obra resultante com uma licença idêntica a esta.

**Bruna Hailer**

Análise da representação de assunto em arquivos públicos: o caso do Centro de Memória da ALESC, Arquivo Público do Estado de Santa Catarina e Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Biblioteconomia, do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia, aprovado com nota 7,5.

Florianópolis, 06 de dezembro de 2012 .



Professora Luciane Paula Vital, Ms  
Universidade Federal de Santa Catarina  
Professor Orientador



Dra. Eva Cristina Leite da Silva  
Universidade Federal de Santa Catarina  
Membro da Banca Examinadora



Sonali Paula Molin Bedin, Ms  
Universidade Federal de Santa Catarina  
Membro da Banca Examinadora

HAILER, Bruna. **Análise de Representação de Assunto em Arquivos Públicos: o caso do Centro de Memória da ALESC, Arquivo Público do Estado de Santa Catarina e Arquivo do Município de Florianópolis.** 40 f. Trabalho Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

## **RESUMO**

Relata a pesquisa realizada sobre Análise da Representação de Assunto em Arquivos Públicos: o caso do Centro de Memória da ALESC, Arquivo Público do Estado de Santa Catarina e Arquivo Histórico do Município de Florianópolis. Analisa o processo de representação por assunto dos documentos nos Arquivos Públicos. Propõe verificar os procedimentos e normas utilizadas na representação por assunto e identificar de que forma a informação é recuperada nos sistemas de informação dessas instituições. A metodologia é baseada na pesquisa qualitativa e exploratória, como instrumento para a coleta de dados, utiliza a entrevista. Constata que os arquivos pesquisados não utilizam a norma para o processo de representação por assunto não está sendo feito de acordo com a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE). Detecta que a precariedade dos equipamentos, da infraestrutura e a falta de profissionais especializados, dificulta que os procedimentos aconteçam em conformidade com as normas e padrões da área arquivística.

**Palavras-chave:** Representação de Assunto. Arquivos Públicos. Indexação. Instrumento de Pesquisa. Recuperação da Informação.

HAILER, Bruna. **Análise de Representação de Assunto em Arquivos Públicos: o caso do Centro de Memória da ALESC, Arquivo Público do Estado de Santa Catarina e Arquivo do Município de Florianópolis.** 40 f. Trabalho Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

## **ABSTRACT**

We report on the survey Analysis of Subject Representation in Public Files: The Case of the Memory Center ALESC, Public Archives of the State of Santa Catarina and Historical Archive in Florianópolis. Analyzes the issue of representation for documents in Public Archives. Proposes verify the procedures and standards used in the representation issue and identify how the information is retrieved in the information systems of these institutions. The methodology is based on qualitative and exploratory research, as a tool for data collection, uses the interview. Notes that the files do not use researched the standard for the representation process subject is not being done according to the Brazilian Standard for Archival Description (NOBRADE). Detects that the precariousness of equipment, infrastructure and lack of skilled professionals, which complicates the procedures happen in accordance with the norms and standards of archival area

Keyword: Representation of Subject. Publics Archives. Research Instrument. Recovery of Information.

## Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 OBJETIVOS .....	9
2.1 Objetivo geral .....	9
2.2 Objetivos específicos .....	9
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....	10
3.1 Representação da Informação .....	10
3.2 Indexação.....	13
3.3 Descrição Arquivística.....	15
3.4 Instrumento de Pesquisa .....	17
3.4 Arquivos Públicos .....	19
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	20
4.1 Caracterização da População dos Arquivos Públicos localizados em Florianópolis .....	22
5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	25
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	34
REFERÊNCIAS .....	36
APÊNDICE A.....	40

## 1 INTRODUÇÃO

Os arquivos são unidades de informação que tem por finalidade armazenar documentos para preservar a memória e disponibilizar para consultas. Nessas instituições há a preocupação constante em adequar o armazenamento e a recuperação da informação como dois processos eficazes. Pensando nisso é que se desenvolve neste trabalho a análise da representação de assunto nos arquivos públicos.

Torna-se inevitável que, com a tecnologia da informação, o profissional precisa estar se aperfeiçoando, o volume crescente de informação precisa do tratamento adequado, principalmente com novos suportes e contextos digitais. Quando se pensa em recuperação da informação não se pode deixar de lado a representação da informação, pois são ambos importantes para os sistemas de informação. (ANDRADE, 2007)

A necessidade de representação por assunto nas instituições arquivísticas apareceu na Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) em 2006. A norma está inserida no processo de Descrição Arquivística, que tem por finalidade descrever aspectos arquivísticos de conteúdo e físicos, adotando um vocabulário controlado para que, posteriormente, os documentos sejam recuperados e o contexto de produção compreendido.

Nos Arquivos Públicos o que dificulta essa forma de representação é que o público é diversificado. Recomenda-se que seja adotado um vocabulário controlado, tornando a representação da informação um processo qualificado.

Considerando que os documentos armazenados nos arquivos públicos podem ser de vários tipos e em diversos suportes, a recuperação das informações depende dos procedimentos utilizados na representação. Esta pesquisa se propõe a entender como esse processo de representação por assunto é desenvolvido nos arquivos públicos, buscando verificar se os arquivos pesquisados tem uma política de indexação e em quais princípios é baseada.

Torna-se relevante demonstrar a função de uma linguagem documentária, mostrando o quanto contribui para a representação da informação do arquivo, partindo de uma política de indexação e demonstrando que, adotando esse procedimento, irá facilitar a busca por assunto, tornando a recuperação rápida e eficaz.



Dentre as instituições identificadas está, o Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis, inaugurado em dezembro de 1995, seu acervo é composto de documentos que datam de 1726 desde a Câmara de Desterro passando pelas modificações da estrutura administrativa do município.

Também situado em Florianópolis, o Arquivo Público do Estado de Santa Catarina passou por inúmeras modificações, dentre as quais, foi fechado por diversas vezes, hoje está aberto ao público. Embora sendo reconhecido como instituição, atualmente o arquivo está vinculado à Diretoria da Imprensa Oficial e a Editora do Estado de Santa Catarina.

Apesar da nomenclatura, o Centro de Memória é denominado arquivo público com base nas suas características, vinculado à Coordenação de Documentação, está localizado na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, foi inaugurado em 05 de outubro de 1999. Conta com um acervo histórico que contribui para a memória do Estado.

A pesquisa será desenvolvida nessas três instituições, visando entender como o processo de representação de assuntos ocorre.

## **2 OBJETIVOS**

Os objetivos desta pesquisa se dividem em gerais e específicos

### **2.1 Objetivo geral**

Analisar o processo de representação de assunto dos documentos nos Arquivos Públicos selecionados.

### **2.2 Objetivos específicos**

- a) Verificar os procedimentos e normas utilizadas na representação de assunto;
- b) Identificar de que forma a informação é recuperada nos sistemas de informação nos Arquivos Públicos;
- c) Identificar a formação dos profissionais responsáveis pela representação de assuntos.

### 3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para compreender os critérios estabelecidos e alcançar os objetivos propostos, será desenvolvido nesta etapa do trabalho o que é de extrema importância para que a pesquisa elaborada tenha consistência e relevância, a fundamentação teórica, tendo por finalidade apresentar o que os autores escreveram sobre os assuntos determinados.

#### 3.1 Representação da Informação

O que se percebe por parte das unidades de informação é a preocupação cada vez mais constante, pela “ausência de padronização na representação dos assuntos; as alterações na estrutura da linguagem documentária utilizada ou as deficiências da linguagem.” (CAFÉ; BRÄSCHER, 2008, p. 61). Esses itens afetam diretamente a recuperação da informação, objetivo de qualquer unidade de informação. Quanto à organização da informação, contribui para a padronização dos assuntos representados no documento, Bräscher e Café (2008, p. 5) enfatizam que a organização da informação é

um processo que envolve a descrição física e de conteúdo dos objetos informacionais. O produto desse processo descritivo é a representação da informação, entendida como um conjunto de elementos descritivos que representam os atributos de um objeto informacional específico

A organização da informação geralmente é feita pensando no usuário que recorre ao sistema pesquisando para satisfazer uma necessidade de informação. Café e Bräscher (2008) Os processos de representação e organização da informação tornam-se imprescindíveis para a etapa de recuperação da informação.

A representação da informação é um processo em que se utilizam termos e conceitos adequados para o usuário localizar a informação desejada.

Para que haja a representação da informação contida nos documentos, é feita uma leitura daquilo que se pretende representar. Para nossos objetivos, estabelecemos que há dois tipos de leitura: a leitura para se compreender o texto, e a leitura para se representar documentariamente o texto, embora esses dois fenômenos possam ser apreendidos e trabalhados simultaneamente. (PINTO, 2010, p. 4)

Segundo Novellino (1996, p. 38), “A principal característica do processo de representação da informação é a substituição de uma entidade lingüística longa e complexa – o texto do documento - por sua descrição.” O que ambos os autores destacam, é que por meio de uma leitura técnica do texto, são encontrados os termos, que posteriormente serão pontos de acesso do usuário ao documento.

A representação, segundo Novellino (1996, p. 38) contém duas etapas fundamentais:

1) análise de assunto de um documento e a colocação do resultado desta análise numa expressão lingüística. 2) atribuição de conceitos ao documento analisado. A realização desta última fase pressupõe uma linguagem documentária, instrumento de padronização da indexação, a qual visa garantir que indexadores de um mesmo sistema ou sistemas afins usem os mesmos conceitos para representar documentos semelhantes. Ela também é um instrumento de comunicação ao permitir que indexadores e usuários partilhem um mesmo vocabulário.

Conforme a definição enfatiza, é necessário estabelecer um padrão nos termos que serão utilizados para tratar o documento, o que facilita a sua recuperação e disponibiliza aos usuários uma pesquisa mais precisa.

Para Marcondes (2001, p. 61-62), “A representação em atividades de informação, tais como catalogação, classificação e indexação, é tão comum e trivial entre outras desenvolvidas pelos profissionais de informação que sua importância e valor são freqüentemente menosprezados.”

Baseando-se na definição, a etapa de representação é o conjunto de todas estas atividades. Quanto mais informações são atribuídas ao documento, dificilmente ele não será recuperado e a outra vantagem será a redução do tempo gasto na pesquisa.

Kobashi e Fernandes (2009, p. 8) apontam que “os instrumentos de representação de informação são, por sua vez, linguagens, isto é, sistemas de significação, por ele caracterizadas como metalinguagens.”

A representação da informação pode ser classificada, como representação descritiva e representação temática. Quanto a representação descritiva, sua função é representar

as características específicas do documento, denominada descrição bibliográfica, que permite a individualização do documento. Ela também define e padroniza os pontos de acesso, responsáveis pela busca e recuperação da informação. (MAIMONE; SILVEIRA; TÁLAMO, 2011, p. 28)

A descrição temática, conforme as autoras destacam

detém-se na representação dos assuntos dos documentos a fim de aproximá-los, tornando mais fácil a recuperação de materiais relevantes que dizem respeito a temas semelhantes. Neste contexto, são elaboradas as linguagens documentárias, instrumentos de controle vocabular a fim de tornar possível a “conversação” entre documentos e usuários. (MAIMONE; SILVEIRA; TÁLAMO, 2011, p. 28)

Com base nas definições, se aplicado os dois processos de descrição, a recuperação da informação será mais eficiente.

As autoras colocam de forma explícita que a representação da informação, tornou-se necessário com a evolução da tecnologia, dizendo que as

Reflexões de cunho teórico sobre as operações de representação são relativamente recentes. O uso crescente das máquinas informáticas tornou imperativa a explicitação de inúmeros processos documentários. De fato, as práticas irrefletidas, repetitivas e mecânicas foram interpeladas, em larga medida, pelas tecnologias de processamento automático da informação. Nesse contexto, as atividades de representação descritiva puderam ser mais facilmente mecanizadas. O mesmo não ocorreu com a representação de conteúdos informacionais, em razão da dificuldade de automatizar o ato de interpretar textos. (KOBASHI; FERNANDES, 2009, p. 2-3)

A representação e a recuperação da informação são dois processos que estão ligados. “A representação da informação visa à construção de pontos de acesso para a recuperação de informação existentes em um sistema de informação.” (VARGAS; VAN DER LAAN, 2011, p. 24)

Para obter resultado significativo na busca, torna-se necessário pensar como o usuário vai recuperar a informação desejada, Boccato e Fujita (2010, p. 33) afirmam que “[...] o contexto sociocognitivo é um elemento a ser considerado no desenvolvimento do processo de indexação a partir da leitura documentária, visando à análise e à representação da informação, condizentes com as necessidades de busca do usuário.”

A representação da informação contribui no processo de recuperação nos arquivos. Em muitos casos os documentos são representados pela sua tipologia e conseqüentemente todas as informações contidas naquele documento, geralmente de valor histórico, se perdem.

### 3.2 Indexação

Conforme visto anteriormente, o documento antes de ser disponibilizado para os usuários precisa ser analisado, para que seja indexado de forma que a recuperação do mesmo seja eficaz. Para Guinchat e Menou (1994, p. 175) a indexação é:

[...] uma das formas de descrição de conteúdo. É a operação pela qual escolhe-se os termos mais apropriados para descrever o conteúdo de um documento. Este conteúdo é expresso pelo vocabulário da linguagem documental escolhida pelo sistema e os termos são ordenados para constituir índices que servirão à pesquisa.

A indexação, segundo Lancaster (1993), passa por duas etapas: A análise conceitual e a tradução. Na tradução é a etapa onde se utiliza termos padronizados, derivados de um vocabulário controlado.

A conversão da análise conceitual de um documento num determinado conjunto de termos de indexação. A esse respeito, faz-se uma distinção entre indexação por extração (indexação derivada) e indexação por atribuição. Na indexação por extração, palavras ou expressões que realmente ocorrem num documento são selecionadas para representar seu conteúdo temático indexador. (LANCASTER, 1993, p. 13)

É atribuída à indexação dois princípios básicos, a exaustividade e a especificidade. Quanto à exaustividade pode-se dizer que

[...] implica o emprego de termos em número suficiente para abranger o conteúdo temático do documento de modo bastante completo. A indexação seletiva, por outro lado, implica o emprego de uma quantidade muito menor de termos, a fim de abranger somente o conteúdo temático principal do documento. Quanto mais termos forem utilizados para indexar um documento mais acessível ele se tornará e, provavelmente mais recuperado. (LANCASTER, 1993, p. 23)

Em relação à especificidade “é aquele segundo o qual um tópico deve ser indexado sob o termo mais específico que o abranja completamente” (CUTTER *apud* LANCASTER, 1993, p. 27)

Em relação a linguagem da indexação pode ser a linguagem natural e a linguagem controlada.

A primeira é aquela que é utilizada pelos próprios autores dos documentos, sendo por isso, uma linguagem livre, sem qualquer tipo de restrições ou controle, a não ser nos casos em que a área temática da documentação já pressupõe uma terminologia adequada. A segunda é elaborada conscientemente com a finalidade específica de armazenar e recuperar

informação, pressupondo, por isso, um controle do vocabulário utilizado e restringindo-o a um conjunto limitado de termos. (RIBEIRO, 2006, p. 64)

Pelos objetivos da Linguagem Documentária, é a mais indicada a ser usada no processo de indexação.

Conforme Ribeiro (2006, p. 56), a operação da indexação passa por três fases, pode-se ocorrer tudo ao mesmo tempo

a primeira fase, de análise do documento e de determinação do seu conteúdo; a segunda fase, de identificação e selecção dos conceitos representativos daquele conteúdo; a terceira fase, de representação desses mesmos conceitos através de "termos de indexação".

Conforme Guinchat e Menou, (1994) o nível de indexação não possui regra, pois varia de acordo com as necessidades e as possibilidades de cada unidade de informação. Pode ser classificada como indexação genérica, adotando apenas os assuntos principais. Pode ser classificada como indexação feita em profundidade, onde apresenta os assuntos descritos de forma bastante detalhada. A indexação exaustiva descreve detalhadamente todos os assuntos pertinentes de um documento.

A indexação por assunto na Arquivologia parte de alguns princípios:

[...] deve contemplar nomes de entidades, eventos, áreas geográficas, períodos e assuntos tópicos. Os assuntos tópicos devem ser indexados de acordo com as necessidades, possibilidades e objetivos da entidade custodiadora, levando-se em consideração a metodologia e os resultados distintos obtidos pela indexação pré-coordenada, mais comum em sistemas manuais de recuperação de informação, e pela indexação pós-coordenada, mais comum em sistemas informatizados de recuperação de informação. (NOBRADE, 2006, p. 59)

Conforme a NOBRADE (2006, p. 59) o objetivo da indexação por assunto é: "Registrar os procedimentos para recuperação do conteúdo de determinados elementos de descrição, por meio da geração e elaboração de índices baseados em entradas autorizadas e no controle do vocabulário adotado."

Em arquivos a indexação precisa seguir alguns parâmetros em relação ao inventário, conforme

Os temas indexados têm necessariamente de estar em conformidade com o nível da descrição. A recuperação da informação a partir de um inventário tem as limitações próprias do inventário, que não é, evidentemente, um instrumento de análise profunda e pormenorizada, ao nível dos documentos individuais". (RIBEIRO, 2006, p. 11)

Na etapa de análise do documento, parte de um pressuposto básico, a quem se destina o documento para adotar os termos adequados.

Quanto “A política de indexação dentro de um sistema de informação deve ser entendida como uma filosofia pertinente aos objetivos de recuperação da informação e não somente como uma lista de procedimentos a serem seguidos durante a realização da indexação.” (RUBI; FUJITA, 2006, p. 49)

### **3.3 Descrição Arquivística**

Na etapa da representação de informação em arquivos, se utiliza os termos para representar as características dos documentos, que possibilitarão ao usuário ter acesso ao mesmo e compreender seu contexto Belloto (2006, p. 179) descreve que “O processo da descrição consiste na elaboração de instrumentos de pesquisa que possibilitam a identificação, o rastreamento, a localização e a utilização dos dados.” A descrição arquivística em uma perspectiva mais ampla, “é uma das operações mais importantes na organização de um arquivo, pois é através dela que se criam as representações dos documentos (ou conjunto documentais) com vista à sua posterior identificação e localização.” (RIBEIRO, 2006, p. 9) Conforme Belloto (2006, p. 179), “a descrição é a única maneira de possibilitar que os dados contidos nas séries e/ou unidades documentais cheguem até os pesquisadores.” A Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística - ISAD(G) (2002, p. 9) afirma que, “o objetivo da descrição arquivística é identificar e explicar o contexto e o conteúdo da documentação de arquivo, a fim de promover a sua acessibilidade”. Souza et al. (2006, p. 40) colaboram:

A descrição arquivística se processa por meio de instrumentos de pesquisa, os quais explicam os documentos de arquivos, quanto à sua gestão, identificação e localização e situam o pesquisador quanto ao contexto e o sistema de arquivo que o gerou.

Cabe explicar que a Descrição arquivística não se restringe apenas ao desenvolvimento de instrumentos de pesquisa, sendo esses seus produtos. Com base nas definições, pode-se concluir que a descrição é crucial para a organização da informação do arquivo, tendo como finalidade a recuperação pelo usuário.



No arquivo alguns documentos como os dossiês podem ser acrescentadas informações por tempo indeterminado, conforme está apresentado na Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística

Os procedimentos relacionados com a descrição podem ter início no momento da produção dos documentos – ou mesmo antes – e continuar durante o seu ciclo de vida. Estes processos permitem estabelecer controles intelectuais necessários para assegurar a perenidade de descrições fiáveis, autênticas, significativas e acessíveis. (ISAD(G), 2002 p. 9)

Dependendo do documento arquivístico, podem ser acrescentadas mais informações por um determinado período, sendo necessário colocar essas informações ao alcance do usuário, conforme a ISAD(G) (2002, p. 9) aponta:

Os elementos específicos de informação sobre os documentos de arquivo são registados em cada fase da sua gestão (por exemplo: produção, avaliação, acesso, conservação, organização), para que os referidos documentos possam, por um lado, ser preservados e controlados de uma forma segura e, por outro, ser acessíveis, atempadamente, a todos aqueles que tenham o direito de consultá-los. A descrição arquivística, no sentido mais amplo do termo, inclui cada elemento de informação, independentemente da etapa de gestão em que o mesmo é identificado ou estabelecido.

Quando se analisa um documento de arquivo, para saber qual será seu ponto de acesso principal,

No âmbito dos arquivos, esse conceito de entrada principal ganha outra dimensão. De acordo com a abordagem multinível em uma etapa da descrição, estaremos analisando o fundo arquivístico propriamente dito e, nesse caso, a entrada principal. Conseqüentemente, o principal ponto de acesso é o nome do fundo e em sua forma direta”. (OLIVEIRA, L; OLIVEIRA, I, 2009, p. 49)

Quando se analisa um documento, é necessário saber os termos que serão mais apropriados para obter um bom resultado na pesquisa, e no caso do documento arquivístico, informações que possibilitarão sua compreensão.

Sobre os resultados da pesquisa tenham de centrar-se mais no plano da eficácia da recuperação da informação, do que no nível de profundidade da indexação. Os temas indexados têm necessariamente de estar em conformidade com o nível de descrição. A recuperação da informação a partir de um inventário tem limitações próprias do inventário[...]. (RIBEIRO, 2006, p. 10)

A Norma Brasileira de Descrição Arquivística apresenta a preocupação com a representação por assunto quanto acrescenta a Área 8 - Área de pontos de acesso e indexação de assuntos nas áreas já existentes na ISAD (G). Essa área tem como

objetivo: “registrar os procedimentos para recuperação do conteúdo de determinados elementos de descrição, por meio da geração e elaboração de índices baseados em entradas autorizadas e no controle do vocabulário adotado.” (NOBRADE, 2006, p. 59)

Conforme Souza et al. (2006, p. 41) colaboram, descrevendo a importância da descrição, para a recuperação do documento de um arquivo,

Dentre as metodologias, está a Descrição Arquivística, que é o ato de descrever e representar informações contidas em documentos e/ou fundos de arquivo, gerando instrumentos de pesquisa (inventários, guias, catálogos etc.), os quais explicam os documentos de arquivo quanto a sua localização, identificação e gestão, além de situar o pesquisador quanto ao contexto e os sistemas de arquivo que os gerou. As atividades de descrição são importantes em um arquivo porque garantem a compreensão do acervo arquivístico.

A descrição engloba todo o processo de arquivamento, do armazenamento até a recuperação do documento. Todo o processo de descrição apresentado na norma possibilita que todas as entidades adotem normas mínimas de descrição arquivística.

### **3.4 Instrumento de Pesquisa**

Para facilitar a recuperação da informação é necessário um instrumento de pesquisa. Para Paes (2005, p. 127), o objetivo de um instrumento de pesquisa é “divulgar o conteúdo e as características dos documentos. ”Os tipos básicos de instrumentos de pesquisa manuais mais utilizados em um arquivo , segundo Ribeiro (1996), são: guia, inventário, catálogo e os índices.

Segundo Paes (2005, p. 127-128), o guia tem como finalidade “informar sobre o histórico, a natureza, a estrutura, o período de tempo, a quantidade de cada fundo integrante do acervo total do arquivo.” O guia inclui mais informações do documento, pode-se dizer que é o instrumento mais genérico, por tratar de todos os documentos do arquivo.

No inventário, segundo Paes (2005, p. 131), “Sua finalidade é descrever a composição do fundo [...] e ao mesmo tempo prover o arquivo de um instrumento preliminar de busca para cada fundo.” No caso do inventário, ele corresponde apenas ao fundo documental, cada fundo possui seu próprio inventário.

O catálogo tem como objetivo, “Agrupar os documentos que versem sobre um mesmo assunto, ou que tenham sido produzidos num dado período de tempo, ou que digam respeito a determinada pessoa, ou a lugares específicos existentes num ou mais fundos.” (PAES, 2005, p. 136)

E com relação aos índices, Bellotto (2006, p. 214) aponta que “os índices podem ser parte complementar de inventários ou catálogos analíticos, ou ter personalidade própria, indexando diretamente os documentos.” Com base na definição, pode-se atribuir duas funções dos índices no arquivo, podem aplicá-lo a outro instrumento de pesquisa, ou ter sua própria função, indexando e relacionando os termos para recuperação.

A partir do que as autoras destacam, pode-se complementar que o catálogo e o índice possuem diretrizes próprias, o catálogo é mais restrito, mas ambos colocam a disposição do usuário a informação arquivística.

Um instrumento de pesquisa faz parte da descrição, que

constituirá sempre o conjunto de informação a pesquisar, sendo a partir dela estabelecidos os referidos pontos de acesso, como meios de recuperar rápida e eficazmente essa informação. (RIBEIRO, 2006, p. 9)

Bellotto (2006) colabora com esta afirmação dizendo que, os instrumentos de pesquisa são denominados obras de referência, pois permitem identificar, contém resumos e a localização dos documentos, identificam todos os tipos de documentos, sendo fundos, séries e/ou unidades documentais. Por sua vez, os instrumentos de pesquisa, constituem vias de acesso entre o usuário e o documento.

Aprofundando a importância e a versatilidade dos instrumentos, Bellotto (2006, p. 174) afirma que, “a otimização dos instrumentos depende também de que saiba como trabalha o historiador e que vocabulário usa em suas indagações. [...] sendo vitais para o processo historiográfico. Escolhido um tema e aventadas as hipóteses de trabalho, o historiador passa ao como e ao onde.”

O instrumento de pesquisa dará suporte ao pesquisador, é o ponto de acesso ao documento, possibilita ao usuário, ter uma pesquisa mais complexa e exaustiva. Por sua vez, alguns instrumentos, que são mais completos como guias e índices, precisam ser revisados e atualizados conforme a demanda de documentos que serão incorporados ao fundo documental.

### 3.4 Arquivos Públicos

Nos arquivos públicos são mantidos documentos históricos, administrativos com caráter de prova, sendo de interesse da sociedade e/ou instituição a qual está vinculado. Dentre os diversos conceitos de arquivo, podemos definir que

Os arquivos como conjuntos de documentos organicamente vinculados às entidades que os produziram, representam uma parcela significativa do patrimônio cultural de um país, uma cidade, uma instituição, um indivíduo. Constituem-se, assim, em objetos de memória individual e coletiva e em uma importante referência para a pesquisa administrativa, histórica, antropológica, sociológica, etc (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 25)

O Manual dos Arquivistas Holandeses (1973, p. 13), corrobora que o “Arquivo é o conjunto de documentos escritos, desenhos e material, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários.”

Com base nas definições, o arquivo público em sua razão de existir, contribui para que a história de uma sociedade seja preservada.

Schellenberg (1974) define que os elementos que caracterizam o arquivo são: a razão pela qual os materiais foram produzidos e acumulados. Para serem considerados arquivos, os documentos devem ter sido criados e acumulados na consecução de algum objetivo, atividade ou função de uma instituição, o que os diferencia das bibliotecas.

Os arquivos públicos gerenciam documentos de administração pública e documentos históricos, sendo de nível municipal, estadual ou federal. Devem ser submetidos a um tratamento rigoroso, por se tratar, na maior parte, de documentos permanentes. Se tornará “um documento histórico quando, passada a fase ligada à razão pela qual foi criado (informação), atinge a da sua utilização pela pesquisa histórica(testemunho). É útil para a administração e a historiografia, no sentido mais crítico e científico.” (BELLOTTO, 2006, p. 115).

A Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991 define que

os arquivos públicos são os conjuntos de documentos produzidos e recebidos, no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias. (BRASIL, 1991, p. 1).

Com relação à existência dos arquivos públicos, Bellotto (2006, p. 28-29) diz que:

A justificativa para a organização de arquivos públicos está na ordem direta do interesse dos quatro tipos fundamentais de público que dela fazem uso: 1. O administrador, isto é, aquele que produz o documento e dele necessita para sua própria informação, na complementação do processo decisório. 2. O cidadão interessado em testemunhos que possam comprovar seus direitos e o cumprimento de seus deveres para o Estado. 3. O pesquisador – historiador, sociólogo ou acadêmico – em busca de informação para trabalhos de análise de comportamentos e eventos passados, podendo ser incluído nessa categoria o estudioso em geral. 4. O cidadão comum, aqui não mais o interessado em dados juridicamente válidos, mas o cidadão não-graduado, [...]

A partir do que a autora expõe, o perfil do usuário dos arquivos públicos é diversificado, o que representa que o objetivo de cada perfil de usuário na busca da informação é distinto.

Para Bellotto (2006, p. 29) diz que:

As autorias, a caracterização das tipologias de documento, a função implícita, aos assuntos, as datas (tópica e cronológica) são fornecidas pela operação denominada, em arquivística, “descrição de documentos”. Aí sim, o arquivista poderá, em seus inventários, catálogos e índices, preocupar-se em propiciar aos historiadores os elementos identificadores e rastreadores de informações.

O tratamento dado aos documentos nos arquivos públicos precisa estar em conformidade com as operações arquivísticas, possibilitando ao usuário que busca a informação pelo assunto do documento, a sua recuperação.

#### **4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A metodologia é a etapa em que se constitui detalhadamente todo o processo que será percorrido para a elaboração da pesquisa.

A pesquisa realizada se caracteriza como qualitativa, exploratória, conforme o propósito dos objetivos. A pesquisa exploratória, conforme Gil (1989, p. 45), "têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-

lo mais explícito ou a construir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de instituições”.

Em relação à análise qualitativa, Bardin (1977, p. 115) salienta que “[...] a análise qualitativa não rejeita toda e qualquer forma de quantificação”.

A coleta de dados de acordo com Gil (1989, p. 122) “é feita mediante o concurso dos mais diversos procedimentos. Os mais usuais são: a observação, a análise de documentos, a entrevista e a história da vida.” Será utilizado como instrumento de coleta de dados, a entrevista, que segundo Marconi e Lakatos (1990, p. 84)

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou tratamento de um problema social.

Para a coleta de dados será utilizada a entrevista com perguntas abertas, pois permite ao entrevistador responder de forma ampla, tornando a pesquisa mais complexa, tem como principal objetivo “a obtenção de informação do entrevistado, sobre determinado assunto ou problema.” (MARCONI; LAKATOS, 1990, p. 84).

A pesquisa será realizada em três arquivos públicos localizados na cidade de Florianópolis, os critérios estabelecidos para a escolha dos arquivos foi através de uma pesquisa no site do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Localizou-se os arquivos municipais do Estado de Santa Catarina, a pesquisa foi delimitada apenas aos arquivos públicos, localizados na cidade de Florianópolis.

Os arquivos selecionados para a pesquisa foram: o Arquivo Histórico do Município Florianópolis; Arquivo Público do Estado de Santa Catarina e o Centro de Memória da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC). O Centro de Memória foi incluído na pesquisa por apresentar um link no site do Arquivo Histórico do Município de Florianópolis, que remete ao Centro de Memória. E, também, pela demanda de usuários, devido a grande procura de documentos, com acesso público, por usuários de todo o Estado. Os três são considerados importantes arquivos públicos do Estado de Santa Catarina.

Para a realização da entrevista foi agendado por telefone a data e o horário com as pessoas responsáveis por cada um dos arquivos. As perguntas (Apêndice A) foram elaboradas conforme os objetivos propostos na pesquisa.

No Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis, foi entrevistado o gerente, denominado na pesquisa 'Funcionário A', sua formação acadêmica é graduação e mestrado em História e atualmente estudante de Arquivologia.

No Arquivo do Estado de Santa Catarina, a entrevista foi realizada com a pessoa responsável pela supervisão do arquivo permanente, biblioteca de apoio e pesquisa, denominado 'Funcionário B', sua formação acadêmica é Bacharel em Biblioteconomia.

No Centro de Memória da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina foi entrevistada a responsável pelo processamento técnico do arquivo permanente, denominada na pesquisa, 'Funcionário C', formada em Gestão Pública.

Para melhor aproveitamento das respostas e com consentimento dos entrevistados foi utilizado uma máquina digital para a gravação das entrevistas, exceto no Centro de Memória, que não foi autorizado.

#### **4.1 Caracterização da População dos Arquivos Públicos localizados em Florianópolis**

O que diferencia os arquivos públicos dos demais arquivos, é o fato de que o público é diversificado, os documentos na maior parte são de guarda permanente e geralmente são documentos de origem administrativos de um órgão governamental ou de caráter histórico.

Com relação ao Arquivo Histórico do Município de Florianópolis, localizado no centro da cidade:

é um órgão da Prefeitura Municipal de Florianópolis, criado pela Lei Municipal nº 4.491 de 14 de setembro de 1994, sendo inaugurado no dia 19 de dezembro de 1995. Está subordinado à Secretaria Municipal da Administração. (Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, Institucional Arquivo, 2009-2012)

A função atribuída ao arquivo destina-se ao:

encaminhamento dos documentos históricos que encontram-se nos vários órgãos da Prefeitura Municipal de Florianópolis, cabe ao Arquivo Histórico organizar estes documentos para deixá-los disponíveis aos pesquisadores, estudantes e a população em geral. (Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, Institucional Arquivo, 2009-2012)

A missão do arquivo visa:

Garantir que os serviços prestados pelo Arquivo Histórico Municipal sejam realizados de forma segura, confiável e com qualidade, visando a satisfação dos clientes internos e externos, preservando e disponibilizando os registros documentais da Administração Municipal, gerando subsídios para pesquisadores e para a história do município. (Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, Institucional Arquivo, 2009-2012)

Localizado na região central, o que dificulta o acesso é o horário de funcionamento, aberto das 13:00 hs às 17:00 hs de segunda à sexta-feira. O quadro de funcionários atual é de quatro servidores públicos e um estagiário. Seu acervo é composto de documentos que datam de 1726 da Câmara de Desterro passando pelas modificações da estrutura administrativa do município.

Nesse arquivo foi realizado, no período de 30 de julho de 2003 até setembro de 2004, com o apoio do programa de Cooperacion Ibero-Americano de apoio ao desenvolvimento de Arquivos – PROGRAMA ADAI, a restauração e a conservação de seus documentos. Dentre os documentos que receberam tratamento, estão coletâneas de leis e decretos, anais das câmaras dos deputados, ofícios e memorandos da câmara, fotos, dentre outros.

O Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, localizado no Saco dos Limões, Florianópolis, foi fechado por diversas vezes, como relatado no site do governo do estado de Santa Catarina,

A Lei nº 1.196 de 26 de setembro de 1918, no Governo de Felipe Schmidt, criou o Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Nesta ocasião, o fato de não ter sido designado um Diretor provocou sua extinção natural, pois não há registro de ações no período compreendido entre os anos de 1918 a 1931. Por meio do Decreto nº 186 de 28 de dezembro do ano de 1931, no Governo do Interventor Federal Ptolomeu de Assis Brasil, o Arquivo Público é "re"criado. Mas, dois anos depois, em 1933, já no Governo do Interventor Federal Aristiliano Ramos, o Arquivo Público é extinto por meio do Decreto nº 349 de 10 de maio. Em 1960, no Governo de Heriberto Hulse, o Arquivo Público é então, mais uma vez, "re"criado, pela Lei nº 2.378 de 28 de junho, e subordinado à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça. Hoje, o Arquivo Público do Estado está subordinado à Secretaria de Estado da Administração, como um Órgão Normativo do Sistema de Gestão Documental. (Fonte: Secretaria do Estado da Administração, Arquivo Público, 2006)

O objetivo do Arquivo é

implementar e acompanhar a Política Nacional de Arquivos, e cumpre a sua função de recolher, preservar, organizar e prestar assessoramento técnico, divulgando o patrimônio documental e colaborando com programas culturais e educativos do Estado de Santa Catarina. (Fonte: Secretaria do Estado da Administração, Arquivo Público, 2006)



Atualmente o arquivo está vinculado à Diretoria da Imprensa Oficial e Editora do Estado de Santa Catarina, impedindo que o arquivo seja reconhecido como um órgão governamental. O arquivo possui duas gerências, sendo a Gerência de Gestão Documental e a Gerência de Recuperação Documental que subdivide em três supervisões: processamento técnico de documentos; laboratório de conservação e restauração; do arquivo permanente, biblioteca de apoio e pesquisa.

O Centro de memória vinculado à Coordenação de Documentação, localizado na ALESC, foi inaugurado em 05 de outubro de 1999. Sua missão é conservar, preservar, restaurar e disponibilizar o patrimônio histórico documental do Poder Legislativo Catarinense à sociedade. Sua visão é buscar a Excelência de gestão documental, tornando-se referência em arquivos públicos. Atribui como valores: acessibilidade, eficiência, compromisso e fidelidade da informação. (SANTA CATARINA, Centro de Memória, 2010)

Eles contam com uma equipe de 18 profissionais com nível superior, de diversas áreas, nenhum é formado na área de ciência de informação. A equipe é dividida entre os que trabalham com o processamento técnico dos documentos e os que trabalham com restauração.

O horário de funcionamento é de segunda a quintas-feiras, das 07:00 h às 19:00 h e nas sextas-feiras das 07:00 h às 18:00 h. Atualmente eles estão em processo de digitalização.

Seu Patrimônio contém documentos originais de quase dois séculos, tais com livros, manuscritos e fotos. A maior parte desse acervo está catalogado, indexado e atualmente encontra-se em processo de digitalização, visando facilitar a pesquisa e preservar o acervo. (SANTA CATARINA, Centro de Memória, 2010)

Os arquivos públicos localizados no município partem do mesmo princípio, disponibilizar seu acervo para a sociedade, afim de que a memória do Estado de Santa Catarina não seja perdida.

## 5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A partir dessa seção serão apresentados os resultados da pesquisa, com o respaldo da teoria sobre o tema apresentado. Para melhor compreensão dos dados obtidos, será apresentado após as perguntas, as respostas fornecidas por cada funcionário. Os dados obtidos serão apresentados, sem identificação nominal, na seguinte ordem: Arquivo Histórico do Município de Florianópolis, Arquivo do Estado de Santa Catarina e, por fim, o Centro de Memória da Assembleia Legislativa.

**Questão 1) Você tem conhecimento da área 8 da NOBRADE que trata da representação por assunto? É utilizado no arquivo?**

**Funcionário A:** Possui conhecimento da área, mas ressalta que não é utilizada. Diz que a NOBRADE é um referencial em nível de planejamento, a descrição não foi realizada até o momento porque não há equipe para desenvolver todos os processos inerentes ao arquivo, além da falta de equipamentos.

**Funcionário B:** O Arquivo vem fazendo esforços para utilizar a NOBRADE, ela é vista como uma forma de padronizar a descrição arquivística, visando um intercâmbio futuro entre as instituições. Até o momento o arquivo não realiza a descrição segundo a NOBRADE, a equipe está trabalhando nesse sentido. Para aplicar a NOBRADE precisa primeiro desenvolver outros processos, definir o que é um fundo, um subfundo, o que vai ser uma série documental, uma subsérie, enfim, definir um plano de classificação. Também elaborar uma política de descrição que estabeleça o que vai ser descrito. A princípio está sendo elaborado um glossário de terminologias arquivística, porque alguns termos não são localizados no dicionário da Arquivologia. Já foi definido que no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina a série documental vai ser a espécie do documento e a subsérie a tipologia e foram descritas todas as séries documentais e subséries. Para o processo de representação por assunto ser aplicado no arquivo é necessário equipamentos adequados e profissionais capacitados.

**Funcionário C:** Diz que não possui conhecimento dessa 'nomenclatura', os documentos são representados conforme designado e por data, por exemplo: leis 1835/1840. Estão iniciando um novo processo de representação por assunto, através de um índice, para recuperar o documento, pois facilita a busca para o

usuário. Pois, atualmente, quando o pesquisador pede um documento por assunto a recuperação leva mais tempo.

A partir dos dados obtidos, podemos analisar que no Arquivo Histórico do Município de Florianópolis e no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina eles possuem conhecimento da nova área da NOBRADE, mas devido às circunstâncias, falta de equipamentos e pessoal, especialmente no Arquivo Histórico do Município de Florianópolis, até o momento eles não desenvolveram o processo de representação por assunto em seus acervos de acordo com a Nobrade. No Centro de Memória da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina os funcionários não possuem conhecimento da norma, com base nesta afirmação, quando o entrevistado atribui à norma a palavra nomenclatura e não deixaram claro se o processo de representação da informação tem previsão para ser implantado.

### **Questão 2) Qual sua formação?**

**Funcionário A:** Sua formação acadêmica é graduação e mestrado em História e atualmente estudante de Arquivologia.

**Funcionário B:** Sua formação acadêmica é Bacharel em Biblioteconomia.

**Funcionário C:** Formou-se em Gestão Pública

### **Questão 3) É utilizada uma linguagem documentária para padronizar o processo de representação dos assuntos tratados nos documentos?**

**Funcionário A:** Não é utilizada uma linguagem documentária, porque os documentos são indexados pelo termo mais genérico, por exemplo: ofícios. Possuem catálogo apenas dos livros históricos.

**Funcionário B:** Sim, “trabalhamos com séries, subséries, dentro de espécies, gêneros, tipologia”. Como não é utilizado um sistema, essa linguagem seria mais padronizada e poderia ser mais estruturada através de um glossário.

**Funcionário C:** Não, porque o documento é indexado pela sua tipologia e data.

Pode-se analisar conforme as repostas obtidas que, no Arquivo Histórico do Município de Florianópolis e no Centro de Memória eles não possuem uma linguagem documentária, porque a princípio, os documentos são indexados pela sua tipologia e data. No entanto, o Arquivo Público do Estado de Santa Catarina os

documentos mais pesquisados, são indexados por assunto que seguem um padrão, os documentos mais pesquisados são representados pelo assunto, e um mesmo assunto recupera outros documentos. Conforme Boccato e Fujita (2010, p. 2)

As linguagens documentárias devem ser construídas com base na terminologia de uma área, com categorias e subcategorias delimitadas, a partir de relações lógico-semânticas de termos claros e bem definidos, possibilitando uma representação adequada para a recuperação da informação. Para tanto, a Terminologia, também, possui fundamental importância nesse processo, fornecendo diretrizes para a compilação de termos e o estabelecimento de relações conceituais entre si. As linguagens documentárias visam à organização e à disseminação de conteúdos informacionais de sistemas de informação.

Podemos concluir que com a falta de uma linguagem documentária, a recuperação por assunto é prejudicada. A partir do que as autoras destacam, a linguagem documentária contribui para a organização da informação, proporcionando a recuperação da informação e são altamente desejáveis em uma unidade de informação.

**Questão 4) Seguem alguma norma para padronizar o processo de representação dos assuntos nos documentos?**

**Funcionário A:** Não seguem normas. A Gestão Documental parou em 2004, quando as comissões de avaliações documentais deixaram de se reunir, consequentemente, o trabalho deixou de existir em todos os setores. O que consta na legislação que o primeiro procedimento que deve ocorrer é a gestão documental desde a produção até o arquivo corrente, passando pelo permanente até a destinação final do documento, o que não ocorre, devido as circunstâncias, falta de profissionais e equipamentos.

**Funcionário B:** Não possuem norma, pois os documentos são representados pela sua tipologia, os quais são mais procurados possuem subséries, que geralmente acontece de ser inserido o termo para representar o documento é pela demanda na busca.

**Funcionário C:** Não seguem norma, porque até o momento não houve a necessidade, como foi apresentado na questão anterior, os documentos são representados pela sua tipologia e por data.

Nenhum dos arquivos seguem normas para padronizar o processo de representação de assuntos. No Arquivo Público do Estado de Santa Catarina o

documento é representado conforme a necessidade dos usuários, o que gera demanda na busca de um determinado assunto. Quanto aos procedimentos necessários para normalização torna-se oportuno “criar métodos e instrumentos para fabricar informação documentária. Indexar, resumir e construir linguagens de representação são os termos técnicos que dominam essas operações.” (KOBASHI, 2007, p. 1).

A falta de normas e procedimentos afeta a qualidade dos processos de representação da informação desenvolvidos, o uso de normas facilitaria a recuperação dos documentos.

**Questão 5) É utilizado algum instrumento de pesquisa, também disponível para o usuário?**

**Funcionário A:** Apenas um catálogo dos livros históricos, outra forma de recuperar os documentos é através do responsável, que conhece toda a estrutura do arquivo.

**Funcionário B:** Os documentos são recuperados através dos instrumentos de pesquisa, que são os índices, os inventários analíticos, as transcrições paleográficas, índice geográfico e onomástico e numérico, são esses instrumentos que dão acesso à documentação original. Não possuem índice que contenha todos os documentos, pois são feitos para melhor ajudar o pesquisador e o instrumento de pesquisa é feito conforme a demanda dos documentos. É feito uma estatística dos documentos mais procurados. Tem um catálogo on-line que está disponível no site, mas tem um detalhe nem todos documentos estão indexado.

**Funcionário C:** Tem o índice por ordem alfabética e estamos elaborando um índice no sistema, por assuntos, o documento será indexado através dele.

Com base nos dados obtidos conclui-se que todos os Arquivos possuem um instrumento de pesquisa, o que o Arquivo Histórico do Município de Florianópolis e o Arquivo Público do Estado de Santa Catarina têm em comum que não são todos os documentos que estão inclusos, mesmo porque no Arquivo Histórico do Município de Florianópolis não estão todos os documentos identificados. Já no Centro de Memória da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina o instrumento de pesquisa é basicamente um índice por ordem alfabética de todos os documentos existentes no arquivo, e a partir desse documento está sendo elaborado outro

instrumento o índice por assunto. Os instrumentos de pesquisa que correspondem aos arquivos públicos “são, em essência, obras de referência que identificam, resumem e localizam, em diferentes graus e amplitudes, os fundos, as séries documentais e/ou as unidades documentais existentes em um arquivo permanente.” (BELLOTTO, 2006, p. 180). Os instrumentos de pesquisa nos arquivos públicos são de grande valor, pois evitam o manuseio desnecessário dos documentos e proporcionam uma pesquisa mais abrangente.

**Questão 6) Quais são as formas possíveis de recuperação dos documentos no arquivo?**

**Funcionário A:** A única forma de recuperação da informação disponível, no momento, é a física, realizada diretamente na documentação do acervo, sendo que os suportes para esta busca são o catálogo dos livros históricos e a numeração da documentação administrativa (leis, decretos, portarias, etc), não havendo outros meios de recuperar a informação.

**Funcionário B:** Através dos instrumentos de pesquisa e catálogo on-line de alguns documentos.

**Funcionário C:** Alguns documentos estão disponíveis no site da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, como as constituições estaduais e obras que contam a história de alguns municípios, as demais obras são localizadas através do índice.

Conforme as respostas obtidas, os três arquivos possuem formas diferentes de recuperação dos documentos, percebe-se que, sem um apoio do instrumento de pesquisa, possuem um controle de busca que de certa forma o usuário consegue a informação desejada, independente do tempo. No Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, o entrevistado relatou que a busca realmente é mais demorada quando o documento não está indexado. Cabe a representação da informação, contribuir para a recuperação do documento, pois “Ela funciona então como um artifício para enfatizar o que é essencial no documento considerando sua recuperação, sendo a solução ideal para a organização e uso da informação” (NOVELLINO, 1996, p. 38). Com base na definição, mostra o quanto facilita a busca da informação desejada, poupando o tempo de quem faz a busca e de quem necessita a informação.

**Questão 7) Os usuários conseguem recuperar os documentos que necessitam? Que tipo de dificuldade você identifica?**

**Funcionário A:** “Os usuários não conseguem recuperar as informações de que necessitam, pois nosso acervo não está disponível num sistema de busca que permita a recuperação da informação, sendo que apenas 10% da documentação existente no prédio passou por algum processo de identificação.”

**Funcionário B:** Nem toda a documentação está representada nos instrumentos de pesquisa, o que requer mais tempo de quem está buscando. Vê mais dificuldade nos pesquisadores que são leigos, que não são da área acadêmica, “alguns pedem informação de algum parente para colocar na árvore genealógica, querem tudo muito pronto e saem chateados por não encontrar o que queriam”. Para manusear os instrumentos alguns tem dificuldade.

**Funcionário C:** Sim, o que acontece às vezes que o usuário não sabe realmente o que precisa, traz informações incompletas e a pesquisa é demorada, mas geralmente encontram o que precisam. Por isso é importante que o usuário saiba o que realmente precisa.

O que podemos identificar é que no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina e no Centro de Memória da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, as mesmas dificuldades são identificadas pelos usuários que desejam um documento para interesse pessoal ou para fins acadêmicos. Nota-se que o entrevistado do Centro de Memória da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, se contradiz nessa resposta com a questão 5, que demonstra estar preocupado com o usuário, colocando que vai ser feito um índice por assunto para que a recuperação seja realizada e nessa resposta coloca que o usuário precisa saber o que realmente deseja, mostrando que não tem tanta importância se a busca vai ser satisfatória. No Arquivo Histórico do Município de Florianópolis o entrevistado relatou que apenas 10% do acervo está identificado. Os problemas já identificados até o momento, como falta de normas e padrões, de Linguagem Documentária,

fazem com que, como visto, a recuperação não aconteça de forma satisfatória. Os documentos após serem analisados

devem ser arranjados de tal maneira que a organização e funções que os produziram nêles se reflitam, unidade administrativa por unidade, subunidade por subunidade e série por série dos documentos. [...] O arranjo não sòmente afeta a acessibilidade aos arquivos mas também afeta os valores comprobatórios dos mesmos, pois os arquivos devem ser arranjados de maneira a proteger sua integridade, como evidência histórica e como evidência da organização e função (SCHELLENBERG, 1974, p. 135)

Todo o processo de análise do documento precisa partir de uma organização dessas informações, contudo irá atribuir na busca, pois reduzirá tempo do arquivista.

#### **Questão 8) Quem é o responsável pelo processo técnico dos documentos?**

**Funcionário A:** O responsável pelo tratamento técnico dos documentos é o gerente.

**Funcionário B:** Existe uma supervisão para o processamento técnico, que basicamente faz as transcrições paleográficas, identificação do documento a série documental e a colocação da etiqueta, mas na realidade as três supervisões colaboram “não trabalhamos com o documento de olho fechado”, incluindo os responsáveis que fazem a restauração dos documentos.

**Funcionário C:** Trabalhamos em equipe, é responsabilidade da gerente indexar os documentos e atender ao usuário.

Com base nas respostas podem-se afirmar os entrevistados do Arquivo Histórico do Município de Florianópolis e o Centro de Memória da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina são os responsáveis pelo o processamento técnico, no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina colocou que existe uma supervisão para o processo técnico, mas ressaltou que existe a contribuição de todos. Os funcionários A e C, responsáveis pelo processamento técnico, não possuem formação na área de Ciência da Informação.

#### **Questão 9) Encontra dificuldade em indexar algum documento, pelo fato dos usuários serem diversificados?**



**Funcionário A:** Sim, temos dificuldades para indexar os documentos, pois os mesmos não estão identificados em sua totalidade, e os que foram identificados, foram pelo tipo de documento, mas não pelo assunto que contém. Para que tenhamos um índice confiável e útil é preciso que tenhamos todo o acervo classificado e catalogado por assunto. Nossos usuários são diversificados conforme sua origem, dividindo-se em usuários externos (público em geral) e usuários internos (servidores e órgãos da administração pública). Esta segmentação foi adotada como forma de melhor atender a ambos os grupos, pois cada um tem necessidade de informação específica, necessitando cada qual, um atendimento diferenciado.

**Funcionário B:** Não vai ser trabalhado o documento pensando somente no especialista e também não muito simplória para leigo. Tomam cuidado em fazer uma apresentação do índice, dando uma visão geral daquele conjunto documental, sempre orientam que leiam a apresentação. Não encontram dificuldades em indexar, pois possuem uma lista de vocabulário controlado e profissionais especializados.

**Funcionário C:** Não, o documento é indexado pelo o que ele é, por exemplo: o usuário precisa saber se o que ele procura é projeto de lei ou é lei.

No Arquivo Público do Estado de Santa Catarina e no Centro de Memória ambos os entrevistados responderam que não encontram dificuldade em indexar qualquer tipo de documento, basicamente o usuário precisa saber o que procura. No Arquivo Histórico do Município de Florianópolis o entrevistado relatou que possui dificuldade em indexar, pois os documentos não foram identificados e porque possuem dois usuários distintos: o público e os servidores da prefeitura, pois cada qual tem uma necessidade de informação diferente. Porém, percebe-se que o funcionário C não demonstra preocupação com o perfil dos usuários, afim de representar a informação para atendê-los. Lancaster (1993) diz que a atividade de indexação é uma etapa fundamental da arquitetura dos serviços de armazenamento e recuperação da informação.

**Questão 10) Tem alguma outra consideração que gostaria de fazer acerca do processo de representação de assuntos dos documentos no arquivo?**

**Funcionário A:** O processo de representação da documentação precisa ser feito de duas maneiras distintas, uma representação para os usuários externos, mediada pela equipe técnica do Arquivo e simplificada para atender a todo tipo de

pesquisador, e uma representação para os usuários internos, realizada pelos próprios servidores e mais complexa e específica ao serviço público e à administração pública.

**Funcionário B:** Precisa ter um controle, glossário por meio eletrônico que esteja vinculado a uma lista que esteja para representar aquele documento. Além do assunto é preciso pensar no tipo de documento às vezes ele importa mais que o assunto, por exemplo: uma pesquisa sobre educação, um relatório sobre educação é atribuído valor. Um processo diferente de um ofício.

**Funcionário C:** O nosso objetivo é colocar no sistema todos os documentos, para facilitar ao usuário a pesquisa, mas para que isso aconteça é necessário ter um padrão de termos para representar determinado documento. “Faz-se necessário o conhecimento do contexto do arquivo, o que possuímos e o que oferecer para o pesquisador ou visitantes. Além disso, a nossa preocupação é preservar os documentos aqui arquivados. Para tal possuímos um laboratório de restauração com pessoal treinado para isso, para conservarmos mais tempo a história da Assembleia Legislativa.”

Cada qual colocou sua sugestão, mas os três destacaram que o processo de representação por assunto é algo crucial para a recuperação da informação, sendo, conseqüentemente, necessário um padrão nos assuntos atribuídos aos documentos.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito dessa pesquisa foi mostrar a importância do tratamento da informação, neste caso, à representação por assunto, pois é através dela, também, que a informação pode ser recuperada. A partir da análise dos resultados obtidos nas entrevistas com os funcionários dos arquivos públicos de Florianópolis, concluiu-se que os objetivos foram alcançados.

No Arquivo Histórico do Município de Florianópolis foi possível perceber que devido à falta de equipamentos e profissionais, o processo de gestão dos documentos é prejudicada. Muitos dos documentos não passaram pelo processo de identificação, acarretando perda de informação. O que se percebe é que o processo de representação por assunto está acontecendo de forma primária e que existem esforços para implantar a NOBRADE.

No Arquivo Público do Estado de Santa Catarina o processo de representação por assunto está mais elaborado, não contém todas as áreas que a NOBRADE apresenta, mas o que retarda este processo é a falta de equipamentos e um sistema de informação adequado.

No Centro de Memória da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, o processo de indexação dos documentos está sendo elaborado, supõe-se que, por não conhecerem a norma de representação por assunto, vão existir lacunas. Os funcionários se mostraram interessados em padronizar os documentos, pensando na recuperação da informação, estão buscando diretrizes para que isso aconteça.

Buscou-se comparar como está sendo tratados os documentos nos respectivos arquivos. Constatou-se que não existe padronização nos termos indexados, e que a deficiência apontada na recuperação da informação está no processo de representação da informação.

No Arquivo Histórico do Município de Florianópolis e no Centro de Memória da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, pressupõe-se que as dificuldades apontadas no processo de indexação dos documentos e a falta de

padronização nos assuntos representados deve-se a ausência de profissionais capacitados. Outro problema identificado nos arquivos segundo os entrevistados é a precariedade nos equipamentos de informática que prorroga o processo de representação por assunto, mas isso não impede que o processo de representação não aconteça, na norma não está incluso que seja necessário equipamentos, a dificuldade é maior mas não impede que aconteça. A ausência de diretrizes próprias para que o tratamento da informação aconteça.

O processo de representação por assunto nos arquivos públicos torna-se algo crucial, como foi detectado na pesquisa realizada com os funcionários, pois o perfil dos usuários é diversificado. Podemos concluir que a busca acaba não sendo satisfatória, por dois motivos, por não encontrar o que precisa e pelo tempo na busca. Quando o profissional capacitado é responsável pelo processamento técnico dos documentos, e busca as orientações adequadas para o processo, tornando eficiente a recuperação da informação.

Pode-se concluir que o processo de representação por assunto está acontecendo de forma gradativamente nos arquivos públicos que fizeram parte da pesquisa. Portanto, para ter melhor resultado no processo de representação por assunto, recomenda-se aos órgãos responsáveis alocar profissionais especializados, com conhecimento técnico do processo de representação da informação, assim como, uma infra-estrutura adequada.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ricardo Sodré. Aspectos introdutórios da representação de informação arquivística: a norma brasileira de descrição arquivística (NOBRADE), a descrição arquivística codificada (Ead-Dtd) e o Projeto Archives Hub. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 1, n. 2, p. 70-100, jul./dez. 2007. Disponível em: < <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/1589/1813>>. Acesso em : 14 out. 2012.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES (Org.). **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. 2a ed. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 1973

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes**: tratamento documental. 4. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BOCCATO, Vera Regina Casari. Os sistemas de organização do conhecimento nas perspectivas atuais das normas internacionais de construção. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 165-192, 2011.  
<<http://revistas.ffclrp.usp.br/incid/article/view/44/pdf>> Acesso em: 28 nov. 2012.

BOCATTO, Vera Regina C. FUJITA, Mariângela Spotti L. O Uso de Linguagem Documentária em Catálogos Coletivos de Bibliotecas Universitárias: um estudo de avaliação sociocognitiva com protocolo verbal. **Perspectiva em Ciência da Informação**, v. 15, n. 3, p. 23-51, set./dez. 2010. Disponível em: < <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/991/770> >. Acesso em: 14 abr. 2012.

BRASIL. Lei n º 8.159, de 08 de Janeiro de 1991. **Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências**. Diário [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 08 jan. 1991. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L8159.htm> >. Acesso em: 14 out. 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **NOBRADE**. Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: CONARQ, 2006. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/NOBRADE.pdf>>. Acesso: 18 abr. 2012.

BRÄSCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9, 2008, São Paulo, **Anais...** São Paulo: ANCIB, 2008. Disponível em: < <http://www.enancib2008.com.br> > Acesso em: 04 dez. 2012.

CAFÉ, Lígia; BRÄSCHER, Marisa. Organização da informação e bibliometria. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 13, n. esp., p. 54-75, 1º sem. 2008. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000005001&dd1=a1757>>. Acesso em: 14 out. 2012.

CUNHA, Murilo Bastos da. CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília, DF: Editora Brinquet de Lemos, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

GUINCHAT, Claire; MENOU, Michel. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. Brasília: IBICT, 1994

ISAD(G): Norma geral de descrição arquivística. 2. ed. Rio de Janeiro: Conselho Internacional de Arquivos/Arquivo Nacional, 2000. Disponível em: <[http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/isad\\_g\\_2001.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/isad_g_2001.pdf)>. Acesso em: 09 abr. 2012.

KOBASHI, Nair Yumiko. Fundamentos semânticos e pragmáticos da construção de instrumentos de representação de informação. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 6, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000007756&dd1=3c140>>. Acesso em 02 nov. 2012.

KOBASHI, Nair Y. FERNANDES, Joliza C. Pragmática Linguística e Organização Da Informação. In: X ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2009, Paraíba. **Anais Eletrônicos...** João Pessoa: UFPB, 2009. Disponível em: <<http://dci2.ccsa.ufpb.br:8080/jspui/handle/123456789/491>>. Acesso em: 14 abr. 2012.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos: teoria e pratica**. Brasília, DF: Brinquet de Lemos/Livros 1993.

MAIMONE, Giovana Deliberali; SILVEIRA, Naira Christofolletti; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. Reflexões acerca das relações entre representação temática e descritiva. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 21, n. 1, p. 27-35, 2011. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/7367>>. Acesso em: 27 nov. 2012.

MARCONDES, Carlos Henrique. Representação e economia da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 61-70, jan./abr. 2001. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/225>>. Acesso em: 14/04/2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

NOVELLINO, Maria Salete F. Instrumentos e Metodologias de Representação da Informação. **Inf.Inf.**, Londrina, v.1, n.2, p.37-45, jul./dez. 1996. Disponível em <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1603> > acesso em: 14 abr. 2012.

OLIVEIRA, L. M. V. de. OLIVEIRA, I. C. B. de. Descrição Arquivística: contexto arquivístico, controle de vocabulário e o usuário. In: III ENCONTRO DE BASES DE DADOS SOBRE INFORMAÇÕES ARQUIVÍSTICAS, 2009, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: 2009. Disponível em: <[http://www.aab.org.br/encontro/images/stories/anais\\_iii\\_encontro\\_arquivologia\\_aab.pdf#page=48](http://www.aab.org.br/encontro/images/stories/anais_iii_encontro_arquivologia_aab.pdf#page=48)>. Acesso em: 25 abr. 2011.

PAES, Marlene Leite. *Arquivo: teoria e prática*. 5ª reimp. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

PINTO, Lourival Pereira. A recepção da informação: apresentação ou representação?. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 5, p. 1-8, out./2010. Disponível em: <[http://www.dgz.org.br/out10/Art\\_02.htm](http://www.dgz.org.br/out10/Art_02.htm)>. Acesso em: 14 abr 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Institucional** Arquivo. Florianópolis. 2009 – 2012. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/sadm/index.php?cms=institucional+arquivo&>>. Acesso em 03 nov. 2012.

RIBEIRO, Fernanda. **Indexação e controle de autoridade em arquivos**. 2006. 206 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto. 2006. Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/10721>>. Acesso em: 19 abr. 2012.

RUBI, Milena Polsinelli; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. O ensino de procedimentos de política de indexação na perspectiva do conhecimento organizacional: uma proposta de programa para a educação à distância do bibliotecário. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 48-66, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/445>>. Acesso em: 06 junho 2012.

SANTA CATARINA. Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. **Centro de Memória**. Florianópolis, [2010?]. Folder

SANTA CATARINA. Secretaria do Estado da Administração. **Arquivo Público**. Florianópolis, 2006. Disponível em:

<[http://www.sea.sc.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=90&Itemid=245](http://www.sea.sc.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=90&Itemid=245)>. Acesso em 02 nov. 2012.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos Modernos**: Princípios e técnicas. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1974.

SOUZA, Ana Paula de Moura; RODRIGUES, Alécia Silva; RODRIGUES, Alex Silva; OLIVEIRA, Ângela Aparecida de. Princípios da descrição arquivística: do suporte convencional ao eletrônico. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v.2, n. 2, p 38-51, ago./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.arquivistica.net/ojs/viewarticle.php?id=85&layout=abstract>>. Acesso em: 16 mar. 2012.

VARGAS, Dóris Fraga; VAN DER LANN, Regina Helena. A contribuição da terminologia na construção de linguagens documentárias como os tesauros. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande, v. 25, n. 1, p. 21-34, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/biblos/article/view/1988>>. Acesso em 14 abr. 2012.



**APÊNDICE A:** Questões norteadoras das entrevistas realizadas**GUIA DA ENTREVISTA REALIZADA COM PROFISSIONAIS DOS ARQUIVOS PÚBLICOS.**

Caro funcionário,

Sou aluna do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina. Esse questionário visa subsidiar a pesquisa que desenvolvo no Trabalho de Conclusão de Curso, com o tema “Análise da representação de assunto em Arquivos Públicos: o caso do Centro de Memória da ALESC, Arquivo Público do Estado de Santa Catarina e Arquivo do Município de Florianópolis”, sob a orientação da professora Luciane Paula Vital. Gostaria de esclarecer que sua participação não é obrigatória, mas muito importante para que possamos atingir os objetivos da pesquisa.

Os dados serão tratados de forma confidencial e a pesquisadora assume os compromissos éticos de reunir e tratar os dados de forma fidedigna, divulgando os resultados somente para os fins propostos nos objetivos do trabalho. Desde já agradecemos!

- 1) Você tem conhecimento da área 8 da NOBRADE, que trata da representação por assunto? É utilizada no arquivo?
- 2) Qual sua formação?
- 3) É utilizada uma linguagem documentária para padronizar a representação dos assuntos tratados nos documentos?
- 4) Seguem alguma norma para padronizar, o processo de representação dos assuntos nos documentos?
- 5) É utilizado algum instrumento de pesquisa, que está disponível para o usuário?
- 6) Quais são as formas possíveis de recuperação dos documentos no arquivo?

- 7) Os usuários conseguem recuperar os documentos que necessitam? Que tipo de dificuldade você identifica?
- 8) Quem é o responsável pelo processo técnico do documento?
- 9) Encontra dificuldade em indexar algum documento, porque os usuários são diversificados?
- 10) Tem alguma outra consideração que gostaria de fazer acerca do processo de representação de assuntos dos documentos no arquivo?

